

Política(s) de Nacionalização e Integralismo em Antônio Carlos: abasileiramento?

Dayanne Schetz*

day_schetz02@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: Este artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no ano de 2012, na Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa que foi realizada visa compreender de que forma se deram a(s) Política(s) de Nacionalização e Ação Integralista Brasileira na cidade de Antônio Carlos. Dentre as análises feitas, busca-se perceber a maneira como estas questões foram percebidas por pessoas que vivenciaram, de alguma forma, esse momento. Pretende-se, pois, perceber de que maneira as influências do Estado Novo e de período um pouco anterior a ele, puderam ser sentidas em Antônio Carlos.

Palavras-chave: Antônio Carlos – Política de Nacionalização – Ação Integralista Brasileira – alemães.

ABSTRACT: This article is the result of the thesis presented in 2012 at the Universidade Federal de Santa Catarina. The survey that was conducted aimed at understanding in what way(s) the Nationalization Policy(ies) and Brazilian Integralist Action happened in city of Antônio Carlos. Among the analyzes made we seek to understand how they are perceived by people who experienced it, somehow, that moment. It is intended, therefore, to realize how the influences of the Estado Novo and the period slightly anterior to it, could be felt in a place so geographically close to the capital, Florianópolis.

Keywords: Antônio Carlos, nationalization Policy, Brazilian Integralist Action, german.

Politics(s) of nationalization and integralism in Antonio Carlos: brazilianization?

A presença dos imigrantes alemães e teuto-brasileiros em Antônio Carlos

06 de maio de 1830, Alto Biguaçu. Considerada como a data inicial para o povoamento da região que viria a configurar o atual município de Antônio Carlos, mais especificamente, na região do Vale do Rio do Louro. Essa é a data ‘oficial’ em que teria ocorrido o primeiro assentamento de uma família de origem alemã na região. Migrados da

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CNPq, orientada pela Professora Dr^a. Janine Gomes da Silva.



Colônia de São Pedro de Alcântara, fundada no ano de 1829, João Henrique Schöeting, segundo e último diretor da colônia, teria chegado à região do atual município de Antônio Carlos com sua mulher e seu filho, juntamente com outras dez famílias e cinco solteiros¹.

Estes não foram os primeiros imigrantes dessa origem que chegaram ao Brasil e, alguns dos motivos que influenciaram a vinda destes para povoar o sul do país estão relacionados, por exemplo, a procura de um local para o recomeço, por parte dos imigrantes, sendo que os mesmos deixaram a sua terra por questões políticas e econômicas².

Com um elevado índice de crescimento vegetativo, a população teuta cresceu rapidamente. Povoar o sul do país era algo estratégico, tendo em vista que era essa a região que possuía um contato mais efetivo com a América Espanhola. Estabelecendo imigrantes nessa região ansiava-se a ocupação do território, até então pouco povoado, e com a produção agrícola das áreas colonizadas, complementar o complexo pecuário³. Por este motivo, entre os anos de 1830 e 1850, foram escolhidos imigrantes da região Sudoeste da Alemanha, onde havia uma estrutura agrícola combinada com o artesanato rural e pequenas indústrias domésticas⁴.

Dentre as principais dificuldades encontradas pelos imigrantes alemães estavam as propagandas falsas dos agentes; demarcação irregular dos lotes que eles deveriam ocupar; existência de sesmarias em áreas tidas como devolutas; demora na expedição de títulos de propriedade; e, em algumas colônias, excesso populacional⁵. Este último fator pode ser visto na Colônia de São Pedro de Alcântara, bem como a pouca produtividade da terra, devido ao solo pobre e montanhoso⁶. A visão que se tem a respeito disso é que São Pedro de Alcântara foi uma colônia que não vingou, fracassou. Perspectiva diferente é apontada por Aderbal Philippi, que vê que a antiga colônia teria tido sucesso e prosperado, apesar de todos os

¹ REITZ, Raulino. *Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial*. Florianópolis: Ed. Lunardelli/ Ed. da UFSC, 1988. p. 40 – 42

² SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974. p. 18 – 20.

³ GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 18 – 21.

⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Caras e modos dos migrantes e imigrantes: História da vida privada no Brasil Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 318.

⁵ SEYFERTH, Giralda. *Op. Cit.*, p. 6.

⁶ GERTZ, René. *Op. Cit.*, p. 22; REITZ, Raulino. *Op. Cit.*, p. 41.

problemas enfrentados e o único fracasso teria sido por parte do Governo Imperial que abandonou os colonos a própria sorte⁷.

Independente de a colônia ter ou não prosperado, famílias alemãs começaram a migrar para regiões adjacentes (ou não) a São Pedro de Alcântara, fundando assim novas áreas de colonização alemã, levando sua cultura e costumes para outros lugares, como aconteceu com Antônio Carlos.

“Homenagem” a Antônio Carlos – a nomenclatura da cidade

Em meados do século XIX, a região que compõe atualmente o município de Antônio Carlos era conhecida simplesmente por “Rio Biguassú”. Tal informação, dada por Raulino Reitz, é retirada do livro de registros, denominado Registro do Vigário⁸, o qual, até o momento, não se teve acesso.

Passando a ser chamado de Distrito de Paz do Louro em 1919⁹, essa denominação durou por apenas onze anos. Em 09 de dezembro de 1930 foi assinado o decreto número 24, em que

O General Ptolomeu de Assis Brasil, Interventor Federal no Estado de Santa Catharina, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. Unico Passa a denominar-se „Antonio Carlos“ o atual districto de “Louro”, no município de Biguassú, cuja sede é transferida para a localidade de „Encruzilhada“, revogadas as disposições em contrário.

Palacio do Governo de Florianopolis, 9 de dezembro de 1930.

Ptolomeu de Assis Brasil

Manoel Pedro Silveira [*sic*].¹⁰

⁷ PHILIPPI, Aderbal João. *São Pedro de Alcântara: A primeira colônia alemã de Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995. p. 9.

⁸ REITZ, Raulino. *Op. Cit.*, p. 192.

⁹ Idem, p. 168.

¹⁰ SANTA CATARINA. Decretos da Secretaria do Interior e da Justiça. Governo Provisório. Decreto n. 24, de 09 de dezembro de 1930. Dispõe sobre a mudança de nomenclatura do Distrito de Louro para Antônio Carlos. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



Com relação a essa mudança de nomenclatura, na página Informações Municipais, no site da ALESC, há a informação de que o nome do município teria sido uma homenagem ao político Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, irmão do “Patriarca” José Bonifácio, tendo nascido em 1773, em São Paulo. Credita-se a informação ao site da prefeitura municipal de Antônio Carlos¹¹. Já na página da prefeitura municipal da cidade, aponta-se para a possibilidade de que o nome teria sido uma ‘homenagem’ ao político mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada¹², que teve grande atuação política na Revolução de 1930¹³.

No livro de Raulino Reitz a informação é de que o político nascido em 1870 era bisneto de José Bonifácio de Andrada e Silva e que o nome da cidade teria sido uma imposição política¹⁴, ideia que é sustentada por pessoas que moram na cidade. Quando perguntado sobre a pessoa de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Wendelino Meurer¹⁵ disse que

[...] esse foi da época de Getúlio, 1930. Ele foi político e trabalhou muito por causa do partido de Getúlio; e depois deram esse nome para o município... Para o lugar daqui. Não município, não era município ainda. O município veio muito mais tarde.¹⁶

Wendelino Meurer relata ainda sobre o porquê de a cidade ter esse nome: é pelo fato de ter sido feita uma campanha política na cidade, e que “[...] quando foi escolhido para dar

¹¹ ALESC. *Informações Municipais: Antônio Carlos – Dados Históricos*. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/consultas/informacoesmunicipais.php>>. Acesso 23 abr. 2012.

¹² Antônio Carlos foi presidente de Minas Gerais entre os anos de 1926 e 1930, tendo instituído o voto secreto no Brasil pela primeira vez.

¹³ Para maiores informações sobre a Revolução de 1930, conferir em: NASCIMENTO, Benedicto. *A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930-1945*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Instituto de Estudo Brasileiros/USP, 2002. p. 21. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7031922/Benedicto-Heloiz-Nascimento-A-Ordem-Nacionalista-Brasileira>>.

¹⁴ REITZ, Raulino. *Op. Cit.*, p. 169 e 469

¹⁵ Wendelino Meurer nasceu na cidade de Antônio Carlos em 1916. Aprendeu a ler e escrever em alemão, fez parte do exército brasileiro e é autor do livro *Antônio Carlos: Sua terra e sua gente*.

¹⁶ MEURER, Wendelino. 25 set. 2011. Vila Doze de Outubro, Antônio Carlos – Santa Catarina. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. Acervo da entrevistadora.

um nome para esse lugar, então aqueles que eram do lado dele [Antônio Carlos Ribeiro de Andrada], pediram para dar o nome dele, Antônio Carlos, não é?”.¹⁷

Segundo José Junkes¹⁸, “tinha tanto nome pra escolher... Não precisava ter colocado o nome de um mineiro aqui”¹⁹. Discordando do nome dado a cidade, diz que Antônio Carlos (a cidade) tem muitos heróis, que outro nome poderia ter sido escolhido, e, ao dar um exemplo de algum nome que poderia ter sido colocado, cita a família Reitz, pois estes teriam feito muito progresso na cidade²⁰.

O nome de uma pessoa desconhecida para a população teve certa resistência em ser aderido pelas pessoas que ali moravam e que chamavam o local de Coração de Jesus, devido o nome da Capela Sagrado Coração de Jesus, construída no ano de 1925. A ‘homenagem’ a Antônio Carlos se deu pelo fato do Partido Liberal ter perdido as eleições em Alto Biguaçu (outra denominação pela qual a região que compõem a cidade atualmente também era conhecida), por isso o nome de Antônio Carlos, em homenagem ao político da Aliança Liberal²¹. Apesar dessa resistência inicial, o nome permaneceu, sendo que, por exemplo, no livro de Rogério Kremer, seu segundo capítulo, intitulado *Conheça mais sobre Antônio Carlos*, a dedicatória é feita ao político mineiro com os dizeres: “Homenagem do povo ao Grande presidente Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Filho (in memoriam), Patrono do Município de Antônio Carlos – SC”²². É feita uma ‘homenagem’ aquele que havia sido supostamente ‘homenageado’ na década de 1930, sendo assim definido no livro de Kremer, como realmente uma homenagem, e não uma imposição política²³.

O Estado Novo de Getúlio Vargas e dos Ramos

¹⁷ Idem.

¹⁸ José Junkes nasceu em Antônio Carlos no ano de 1931. Era filho de um integralista da região. Atualmente reside na Comunidade de Santa Maria e foi a pessoa responsável por criar o *Memorial Santa Maria*, que guarda um acervo de fotos antigas e ferramentas utilizadas no passado, e conta com um ‘livro’ talhado em madeira, narrando um pouco da história de José Junkes, de sua família e de Antônio Carlos.

¹⁹ JUNKES, José. 01 de maio de 2012. Santa Maria, Antônio Carlos – Santa Catarina. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. Acervo da entrevistadora.

²⁰ Idem.

²¹ REITZ, Raulino. *Op. Cit.*, p. 169

²² KREMER, Rogério. *Antônio Carlos 175 anos de história: 1830-2005*. Biguaçu: Litográfica, 2007. p. 125.

²³ Idem, p. 137.



Iniciado oficialmente em 10 de novembro de 1937 com a promulgação da nova Constituição Brasileira, o Estado Novo de Getúlio Vargas tem duração até o ano de 1945, quando o presidente foi deposto de seu cargo. Com sua ideologia doutrinária, as questões do Estado Novo perpassaram a cultura, a política e a economia brasileiras. As propostas ideológicas feitas no país, sendo autoritárias e centralizadas, surgem em meio a questões não apenas nacionais, mas também internacionais, onde se buscava dar respostas aos impasses da nação e dar orientações ao Estado. A centralização do poder, no Estado Novo, tem sua mostra mais simbólica com a queima das bandeiras estaduais, que se dá em menos de um mês após a implantação do Estado Novo. O fogo seria um símbolo purificador dos “males” da nação, sendo que nos meses seguintes muitos livros considerados regionalistas e subversivos também foram queimados²⁴.

A Carta Constitucional foi baseada na de países como Polônia, Alemanha, Itália, Portugal, Lituânia e Áustria, onde as incorporações feitas foram tanto de caráter coercitivo, social e institucional, baseando-se “na possibilidade de limitar a noção de liberdade e a introduzir experiências fascistas”²⁵. Sendo um governo centralizador, as decisões que antes eram partilhadas com os Estados da Federação deixaram de acontecer. Foi autoritário, pois centralizou no poder Executivo as atribuições que antes eram divididas com o poder Legislativo²⁶.

Com relação à política no Estado de Santa Catarina, percebe-se a presença das oligarquias no Estado Novo Getulista. Elencando os governadores que nesse estado atuaram, a oligarquia Ramos tem seu primeiro governador no período republicano, já no ano de 1902, com Vidal Ramos, que volta a ocupar este cargo novamente em 1910. Durante quase vinte anos não houve governador desta família no estado, tendo sido seu retorno no ano de 1933, com Aristiliano Ramos. Quem o sucedeu no governo, em 1935, foi Nereu Ramos, sendo que este foi nomeado interventor estadual em 1937, por Getúlio Vargas, e permaneceu no cargo

²⁴ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. UFSC, 2005. p. 62.

²⁵ CARONE, Edgar. Sistema Político. In: *O Estado Novo (1937 – 1945)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Diefel. 1977. p. 156.

²⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. RJ: Zahar Editores, 1982. p. 7 – 10.



até 1945, quando foi deposto²⁷. Segundo René Gertz, Nereu Ramos não assume uma posição tão radical quanto Aristiliano Ramos em relação aos ‘quistos étnicos’ (alemães), mas não há uma mudança fundamental entre os dois governos²⁸.

No Estado de Santa Catarina, o interventor Nereu Ramos estava compromissado com a estruturação do Estado Novo e “alinhado ao projeto ideológico de Getúlio Vargas na homogeneização nacional.”²⁹. Durante sua gestão, questões relacionadas à escolarização e educação estiveram atreladas ao projeto assistencialista colocado em prática, que significava investimentos relacionados à campanha sanitária, tendo serviços de saúde, higiene e reclusão, com o caráter de uma reeducação do corpo, da mente, dos hábitos e comportamentos da população, atingindo, então, a escola. A educação, em seu governo, passou a ser tida como um condicionante daquilo que poderia se esperar de um bom trabalhador e cidadão, viabilizando o programa da Aliança Liberal, que levou Vargas ao poder em 1930³⁰.

As práticas autoritárias de Getúlio Vargas tinham a intenção de que as classes fossem uma “massa”, ou seja, possíveis de serem moldadas e que houvesse eliminação daquilo que era individual para que se pudesse ter uma unidade da nação e, Nereu Ramos, apoiava o presidente Vargas neste projeto de homogeneização nacional³¹.

Quando Nereu Ramos assumiu o governo do estado de Santa Catarina, ele deu continuidade à política de Aristiliano Ramos no combate aos ‘quistos étnicos’. No ano de 1936, quando se realizaram eleições municipais, os integralistas venceram em boa parte dos municípios ditos coloniais. O interventor não ficou satisfeito com os resultados, criando uma nova atmosfera intervencionista sobre essas cidades, antes que a nível nacional fossem tomadas medidas ocasionadas pela pressão internacional causada pela Segunda Guerra Mundial³².

²⁷ CASA MILITAR. Governadores. *Governadores do Estado de Santa Catarina*. Disponível em: <<http://www.casamilitar.sc.gov.br/exgov.htm>>. Acesso em 07 jun. 2012.

²⁸ GERTZ, René. *Op. Cit.*, p. 67.

²⁹ FÁVERI, Marlene. *Op. Cit.*, p. 58.

³⁰ CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas. In: BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p. 149 – 166.. p. 149 e 151.

³¹ FÁVERI, Marlene. *Op. Cit.*, p. 58.

³² GERTZ, René. *Op. Cit.*, p.113.



Política(s) de Nacionalização e Integralismo em Antônio Carlos

Quando se trata de Política(s) de Nacionalização é preciso entendê-la(s) como um movimento que atingiu variadas instituições, não só ligadas ao campo público, como escola e espaços de trabalho, mas que, de uma maneira ou de outra, veio a intervir na família e no lazer do indivíduo. Estas Políticas foram criadas com o intuito de unificar e, também, integrar os estrangeiros e seus descendentes, com um referencial de abasileiramento como algo homogêneo no país. Alguns transformaram seus hábitos, outros resistiram³³.

Apesar de debates vinculados ao nazismo contrapondo-o ao nacionalismo terem ganhado mais força a partir da década de 1930 com o crescimento do sentimento antigermânico no país, desde as décadas de 1910 e 1920 já havia projetos de nacionalização do ensino. A escola estava se tornando uma instituição científica, laica, obrigatória, única e pública; sendo que já em 1917 apontavam-se questões que ganhariam força apenas no final dos anos 1930 e princípio dos anos 1940³⁴. É neste ano que, por meio do Decreto 1.063, de 8 de dezembro, as escolas estrangeiras são obrigadas a ministrar seis aulas semanais na língua vernácula e três aulas semanais sobre História do Brasil e de Educação Cívica³⁵.

Por meio da escola transmitia-se a língua e os costumes ‘tradicionais’, conservando assim, aspectos da cultura de origem³⁶. Motivos como estes levaram ao fechamento da escola estrangeira em Santa Maria (comunidade de Antônio Carlos), pois esta não funcionava de acordo com a lei. Esta escola estrangeira foi fechada e, em seu lugar, foi criada outra, em 23 de maio de 1934, quando Aristiliano Ramos estava governando o estado de Santa Catarina³⁷. Esta lei a que se refere no Decreto número 596, pode fazer parte da supervisão estatal institucionalizada das escolas privadas em Santa Catarina, que acontecia desde 1910. As

³³ CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2006. p. 19.

³⁴ CAMPOS, Cynthia Machado. *Op. Cit.*, 2004. p. 155.

³⁵ FALCÃO, Luiz Felipe. A Guerra Interna (Integralismo, Nazismo e Nacionalização). In: BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p. 175.

³⁶ CAMPOS, Cynthia Machado. *Op. Cit.*, 2006. p. 92.

³⁷ SANTA CATARINA. Decreto nº 596, de 23 de maio de 1934. Dispõe sobre o fechamento de escola estrangeira em Santa Maria e criação de outra escola no lugar. In: Decretos baixados pela Secretaria de Estado dos Negócios de Interior e Justiça em 1934. p. 111. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



escolas eram obrigadas a ensinar em língua portuguesa, mesmo que a língua alemã fosse a regular do ensino³⁸.

José Junkes, que estudou em uma escola no Egito, comunidade de Antônio Carlos, sobre as aulas, relata que:

No meu tempo já era em português, por que o alemão foi extinto aqui, a aula em alemão foi em... Trinta e... Trinta e seis, no ano trinta e seis. Até o ano trinta e seis lecionava, aqui, o professor José Zimmermann. Ele dava aula em português e em alemão. Era escola particular, os pais pagavam ele. [Aqui em Santa Maria?]. É. Em trinta e seis foi criada a escola pública, e aí o governo é que botava as professoras. Daí para frente era só mais em português. E eu entrei na aula no ano quarenta, 1940, aí já era só português; e nós tínhamos muita dificuldade, todos os alunos tinham dificuldade para falar, para aprender, por que ninguém sabia falar o português. [Por que em casa se falava só o alemão?]. Só. Todos, não só a minha família, todas as famílias: era só alemão, ninguém sabia falar português. Então a professora tinha que se sujeitar de escutar, de ensinar e não deixava a gente falar o alemão. Tinha que falar na marra o português, certo ou errado, e não tinha outro jeito.³⁹

Ao que parece, o entrevistado sabia da existência de tal escola, mas confundiu-se com a data em que ela foi fechada, já que este fechamento havia ocorrido no ano de 1934. Importante se faz ressaltar que ele começou a frequentar a escola após o fechamento desta, que aconteceu quando ele tinha apenas três anos de idade, mas, mais importante ainda, é perceber a riqueza de sua fala. O entrevistado não trata apenas das dificuldades que as crianças enfrentavam na escola ao serem forçadas a falarem em uma língua que lhes era desconhecida, mas coloca a importância do papel de um professor ou professora ali, que tinha como função, entre outras, ensinar aos pequenos uma nova língua, já que as próprias famílias a desconheciam.

Wendelino Meurer, que estudou na escola paroquial de Rachadel, outra comunidade que pertence ao município de Antônio Carlos, diz que as aulas eram ministradas em português e alemão, mas muito mais em alemão. Nascido em 1916, começou a frequentar o meio escolar

³⁸ GERTZ, René. *Op. Cit.*, p. 70 – 71.

³⁹ JUNKES, José. *Op. Cit.*, 2012.



aos oito anos de idade, por volta de 1924. Conta que teve grande dificuldade em aprender a língua portuguesa, pois até mesmo na igreja se falava alemão⁴⁰.

Apesar de a escola estrangeira ter sido fechada já em 1934, por Aristiliano Ramos, foi no governo de Nereu Ramos, principalmente a partir de 1938, que se investiu mais no projeto de modernização e nacionalização do sistema escolar no estado. No ano referido o uso da língua estrangeira foi definitivamente proibido nas instituições escolares e houve a criação da Superintendência Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino⁴¹.

Integrantes do governo de Getúlio Vargas e de Nereu Ramos objetivavam solidificar o sentimento de brasilidade⁴², que pode ser percebido nas escolas. Não só a língua estrangeira foi proibida, mas também era obrigatório ter sempre ensaiados os hinos oficiais e homenagear a Bandeira Nacional aos sábados, bem como respeitar os feriados nacionais, comemorando-os dignamente⁴³. Anastácia Guesser Schmitz⁴⁴ informa que rezavam na escola antes da aula começar e quando esta chegava ao fim, e que cantavam o hino nacional quase todos os dias; além de que a professora brigava com os alunos ao falarem em alemão, por não saberem o português, e que era ali, no espaço escolar, que acabavam tendo contato com a língua nacional. A entrevistada nasceu em 1942, e quando começou a frequentar a escola, com sete anos de idade, Vargas já não estava mais no poder, nem Nereu Ramos era mais o governador (na época estava Aderbal Ramos da Silva), mas as questões nacionalizadoras ainda perpassavam o meio escolar.

Questão que merece destaque, neste ponto, é em relação à proibição do idioma alemão e da Política de Nacionalização, para dois dos Antônio-carlenses entrevistados. Wendelino Meurer acredita que a língua alemã foi proibida por influência da guerra⁴⁵; ideia que também é compartilhada por José Junkes, que acredita que a Política de Nacionalização tem início em

⁴⁰ MEURER, Wendelino. *Op. Cit.*, 2011.

⁴¹ CAMPOS, Cynthia Machado. *Op. Cit.*, 2004. p. 189.

⁴² CAMPOS, Cynthia Machado. *Op. Cit.*, 2006. p. 31

⁴³ SANTA CATARINA. Decreto-Lei Nº 88, de 31 de março de 1938. Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares, no Estado. Artigo 7º, p. 5. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁴⁴ Anastácia Guesser Schmitz é nascida em Antônio Carlos no ano de 1942. Atualmente é aposentada e viveu, quando criança, a dificuldade em aprender a falar português, já que em sua casa, o dialeto alemão era usado no cotidiano.

⁴⁵ MEURER, Wendelino. 22 jun. 2010. Vila Doze de Outubro, Antônio Carlos – Santa Catarina. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. Acervo da entrevistadora.

1942, quando o Brasil declarou guerra a Alemanha, e houve conflito dos alemães com os portugueses, sendo que os teutos não sabiam falar a língua portuguesa e tiveram que aprender “na marra. Foi de 42 aí pra frente, até 45, aí foi então, assim, uma perseguição bem grande.”⁴⁶. O que tem sentido para José Junkes é pensar a proibição do idioma como uma consequência da Segunda Guerra Mundial, mas é preciso lembrar que em 1938 foram proibidos estabelecimentos comerciais e industriais com nomes estrangeiros, e as escolas primárias passaram a ser regidas, obrigatoriamente, por brasileiros natos⁴⁷, e que política de nacionalização começou antes da guerra, sendo um plano da Aliança Liberal desde o Movimento de 1930⁴⁸. A guerra pode ter legitimado a política de nacionalização, não foi a sua causa principal. Parece que há uma compreensão maior do que estava acontecendo, quando se pensa que a língua que a população de origem germânica estava habituada a utilizar tenha sido proibida porque o país que habitavam estava em guerra com o país de origem de seus pais.

Relevante ainda é pensar na imagem de Getúlio Vargas e de Nereu Ramos. Quando perguntado sobre Vargas, o entrevistado disse que ele foi um bom presidente, mas que o partido de Getúlio “não tinha vergonha, nós era maltratado bastante por causa do partido.”⁴⁹. Com relação a Nereu Ramos, disse-me o entrevistado que “o pessoal não gostava muito do Nereu, e Nereu também nunca gostou de nós não.”⁵⁰. Afirmou ainda que Nereu não gostava dos alemães porque não votaram nele em uma eleição, e votaram no partido ‘alemão’ (provavelmente se referindo ao Partido Republicano), e que foi ele quem proibiu a língua alemã no Estado de Santa Catarina⁵¹.

A culpa pela proibição da língua alemã recaiu sobre o interventor do Estado na época, Nereu Ramos. É preciso lembrar que a Política de Nacionalização não surge na figura única de Ramos, apoiador do projeto ideológico político de Vargas, de “homogeneização

⁴⁶ JUNKES, José. *Op. Cit.*

⁴⁷ CAMPOS, Cynthia Machado. *Op. Cit.*, 2006, p. 109

⁴⁸ *Idem*, p. 116.

⁴⁹ MEURER, Wendelino. *Op. Cit.*, 2010.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ *Ibidem*.

nacional”⁵². O ponto a ser lembrado é que os Estados formulavam as leis de proibição do idioma, respaldados em ordens oficiais⁵³.

Com relação a conservação dos túmulos com escritas em alemão, no livro de Raulino Reitz há um capítulo especial para tratar dos cemitérios que, segundo ele, são monumentos culturais da cidade, em que foram escritas histórias comoventes de fé e, sobretudo de esperança, relacionadas com o destino, ao lado de outras cômicas e sacrílegas envolvendo ações governamentais arbitrárias de repressão cultural⁵⁴.

Neste momento, Reitz não especifica quais ações governamentais profanadoras que reprimiram a expressão cultural nos cemitérios, mas se refere ao período de Nacionalização. Apenas quando trata do cemitério municipal de Antônio Carlos, que se localiza na Sede da cidade, é que Reitz vai especificar do que se tratavam essas profanações, afirmando que este foi o único cemitério da cidade que teve seus túmulos maculados, “inicialmente por rancor político (anti-integralismo) e depois pelo chauvinismo exagerado (Nacionalização).”⁵⁵. Com relação aos ‘chauvinistas’ apontados por Reitz, o autor não aponta nominalmente nenhum túmulo destruído, e com relação ao anti-integralismo, aponta o túmulo de seu pai, onde a sigma, emblema do Integralismo, foi destruído.

Reitz traz informações apontando para um ódio que existia para com os “pacíficos cidadãos brasileiros de descendência alemã”⁵⁶. Este é o momento em que ele aponta, efetivamente, os descendentes de alemães como brasileiros também, na tentativa, ao que parece, de mostrar que a Nacionalização foi algo despropositado, já que os cidadãos eram pacíficos e brasileiros com a ascendência alemã.

Reitz aponta ainda o delegado de polícia, o subdelegado do distrito de Antônio Carlos e o prefeito como as pessoas responsáveis por ter riscado e quebrado as lápides tumulares gravadas com o idioma alemão. Segundo o autor, o curioso nisso tudo é que “os dois últimos do trio eram de parentela alemã, mas estavam “por cima”, no comentário popular.”⁵⁷. Neste

⁵² FÁVERI, Marlene. *Op. Cit.*, p. 45.

⁵³ *Ibidem*, p. 97.

⁵⁴ REITZ, Raulino. *Op. Cit.*, p. 364.

⁵⁵ *Idem*, p. 368.

⁵⁶ REITZ, Raulino. *Op. Cit.*, p. 368.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 368 – 369.

momento Raulino Reitz não informa o nome das pessoas que pertenciam ao “trio”, mas em outros momentos no livro, ele os nomeia, sendo o chefe de polícia e alfaiate João Candido da Silva (Dedinho), o subdelegado Pedro Hoffmann e o prefeito Alfredo Álvares da Silva (Fedoca), denominados por Reitz como “cúpula da repressão”⁵⁸.

Com relação aos túmulos profanados, em que Reitz informa apenas sobre os da sede do município, sendo que os de outras comunidades, como Santa Maria, os próprios familiares teriam retirado as cruzes e as lápides tumulares com escrita em alemão, para que os túmulos não fossem destruídos⁵⁹. Informação diferente é dada por Nilson Schmitz⁶⁰, onde o entrevistado diz que no cemitério de Santa Maria foram destruídas algumas sepulturas, e que “ninguém sabe se foi algum por birra, ou se foi porque tinha raiva dos alemães, alguma coisa, ninguém não sabe, porque quem fez não foi descoberto...”⁶¹. Na mesma entrevista, na qual a esposa do entrevistado participou, Anastácia Guesser Schmitz, ela informou que muitas das sepulturas que existem no cemitério de Santa Maria foram refeitas mais tarde, com escritas em língua portuguesa, pois parte das primeiras haviam sido extraviadas⁶².

José Junkes diz que nem todas as sepulturas e cruzes eram alvo de intervenção ou destruição, que hoje ainda existem inscrições tumulares com escritas em alemão e que as famílias não chegaram a retirar as cruzes, por exemplo, para que não fossem destruídas, porque “ninguém sabia que eles vinham; vieram assim de surpresa [...] e foram mandados pelo delegado que era de origem alemão [...] Pedro Hoffmann. Era o maior perseguidor dos alemães, e ele era alemão”⁶³. O entrevistado afirma, também, que mesmo sendo de origem alemã, o delegado (que era subdelegado, já que João Dedinho era delegado de polícia na época) fazia isso para mostrar que tinha conhecimento das leis⁶⁴, popularmente dizendo, “para mostrar serviço”.

⁵⁸ REITZ, *Op. Cit.*, p. 242 – 243

⁵⁹ Idem, p. 369.

⁶⁰ Nilson Scmitz nasceu em 1943, em Antônio Carlos. Casado com Anastácia Guesser Schmitz, também vivenciou as dificuldades em aprender português quando criança.

⁶¹ SCHMITZ, Nilson. 15 jun. 2010. Canudos, Antônio Carlos – Santa Catarina. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. Acervo da entrevistadora.

⁶² SCHMITZ, Anastácia Guesser. 15 jun. 2010. Canudos, Antônio Carlos – Santa Catarina. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. Acervo da entrevistadora.

⁶³ JUNKES, José. *Op. Cit.*, 2012.

⁶⁴ Idem.



Todas as informações colhidas sobre a intervenção ou destruição dos túmulos e cruzeiros têm seus aspectos não revelados. No livro de Reitz a única tumba depredada que ele nos informa, nominalmente, é a de seu pai (em mais de um momento do livro, chegando a afirmar que ainda na década de 1980 o caso era muito comentado, já que foi um “barbarismo da quebra do sigma”⁶⁵). Fica aqui uma lacuna: saber quais outras lápides tumulares sofreram algum tipo de dano. Outro ponto que não é esclarecido, em nenhuma das entrevistas, nem no livro, é o porquê de algumas lápides terem sido danificadas e outras não, se ambas possuíam escritas em alemão. Tem-se a informação, no livro, de que um fiscal de Biguaçu estaria a caminho do distrito em 1939, para verificar as sepulturas, e multar aqueles que não tivessem modificado para o português as inscrições na lápide de seus falecidos⁶⁶. Mais uma vez não se sabe ao certo de onde veio essa informação do padre, nem se a visita do fiscal aconteceu, ou se alguma família foi multada.

Os túmulos podem ser percebidos aqui como monumentos, onde cada família parecia tentar mostrar sua origem alemã, que como já foi discutida neste texto, uma origem que no início da imigração era vista como algo positivo, onde o trabalho alemão, junto com o trabalho de outros europeus não-portugueses, como italianos, poloneses e russos, tivera importância, em Santa Catarina, para a construção da imagem do progresso do Sul⁶⁷.

No que diz respeito ao Integralismo, ou Ação Integralista Brasileira (AIB), este foi um movimento político com caráter conservador, ultra nacionalista, inspirado em fascismos europeus, criado em 1932, em São Paulo, Plínio Salgado. Em Santa Catarina foi fundado primeiramente em Itajaí, no ano de 1934, se expandindo por todo o Estado, principalmente nas áreas de colonização alemã e italiana. Luiz Felipe Falcão, ao traçar o perfil de um tipo de integralistas catarinenses, aponta-os como profissionais liberais, que provinham de famílias conhecidas em seus municípios ou no Estado, tendo razoável estabilidade financeira e tinham se desiludido com os rumos que se assumiram pós Revolução de 1930, sendo um dos representantes de tal perfil, Othon Gama Lobo D’Eça. Outro perfil de integralista que o autor aponta é formado por pequenos proprietários urbanos e rurais, descendentes de alemães,

⁶⁵ REITZ, Raulino. *Op. Cit.*, p. 243.

⁶⁶ Idem, p. 369.

⁶⁷ CAMPOS, Cynthia Machado. *Op. Cit.*, 2006, p. 45.



italianos, poloneses, entre outros, estabelecidos no interior do estado, mas com áreas de concentração importantes, como Vale do Itajaí, Nordeste e algumas porções do Sul.

Fatores relacionados também ao impacto dos acontecimentos na Europa, ligados ao receio diante do comunismo, são importantes para compreender o interesse que o Integralismo gerou em Santa Catarina. No Estado, nos locais onde o sentimento de autonomia e autoestima, ligados a pequena propriedade, organização comunitária e prosperidade econômica eram elevados, havia inclinação a se seguir políticas com caráter mais conservador e anticomunista⁶⁸.

René Gertz traz a visão de Stanley Hilton de que o Integralismo esteve realmente presente nas regiões de colonização alemã no sul do país, e que por este motivo foi acusado de ser uma extensão do nazismo, tentando mostrar que entre Integralismo e Nacional-socialismo ocorreram mais conflitos do que houve colaboração, mas faz a também crítica a Hilton, que entende por interesses dos alemães a conservação da identidade étnica através da língua, de escolas... A crítica principal é que Hilton parece pressupor que todos os nazistas, se identificavam com os “interesses alemães”⁶⁹.

Luiz Felipe Falcão, através de trecho de uma palestra de Aristides Largura, aponta o integralismo como inovador no discurso frente as populações de origem estrangeira no Estado de Santa Catarina, pois este movimento político não pedia nem impunha que as populações abandonassem suas referências culturais, mas também não deveriam admiti-las como únicas e isenta de influências do Brasil. Não era intenção incentivar o germanismo, mas sim, incentivar a brasilidade, que seria capaz de superar preconceitos étnicos⁷⁰.

Raulino Reitz traz um breve histórico do Integralismo, apontando os preceitos em que se fundamentava, como religião católica e organização patriarcal da sociedade. Diz que o sigma, símbolo do integralismo, que aparecia na braçadeira da camisa verde e no gorro de dois bicos e significava a integral da soma ou do produto. Considerava-o como totalitário, “pois propugnava um estado integral normativo e diretor de todas as atividades do país.”⁷¹.

⁶⁸ FALCÃO, Luiz Felipe. *Op. Cit.*, p. 177 – 180.

⁶⁹ GERTZ, René. *Op. Cit.*, p. 112 – 118.

⁷⁰ FALCÃO, Luiz Felipe. *Op. Cit.*, p. 187 – 188.

⁷¹ REITZ, Raulino. *Op. Cit.*, p. 235.

O autor aponta que o Integralismo em Santa Catarina era forte nos municípios de Joinville, Blumenau, Brusque, São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, Timbó, Ibirama, Rodeio e no Distrito Antônio-carlense⁷². Esta é uma informação que Reitz não mostra de onde foi retirada, ou no que ele se baseia para chegar a conclusão de que a AIB era significativa nestes locais. Em seguida, Reitz elenca motivos que teriam levado os descendentes de alemães a terem aderido ao movimento integralista, e entre eles estaria o fato de que as “características integralistas combinam com as características dos teuto-brasileiros, pois somente a ordem e o trabalho desde a infância é hábito das famílias alemãs, sendo o que prega o integralismo.”⁷³. A análise, que como foi apontada aqui, já havia sido feita pelos integralistas, no trecho trazido por Reitz exalta a germanidade, sendo que a ordem e o trabalho são considerados, pelo autor, como exclusividade dos alemães e descendentes desde a infância.

Em Biguaçu, que integrava o distrito de Antônio Carlos, o chefe integralista era João José Müller (Zé Mila), Domingos Reitz (também conhecido como Dominico ou Dominick) como secretário, e Godofredo Müller como tesoureiro. Válido é ressaltar o parentesco entre Raulino Reitz e Domingos Reitz, sendo este, um dos irmãos mais velhos de Raulino⁷⁴. O pai de Raulino, Nicolau Adão Reitz, também teve participações políticas no distrito Antôniocarlense, sendo elas de maior engajamento na década de 1930. Seu pai apoiava a Aliança Liberal, e apoiou a Revolução que levou Getúlio Vargas à presidência. Segundo Raulino, o pai se inscreveu na Ação Integralista Brasileira devido às mudanças políticas ocasionadas pós Revolução, especialmente ligadas à ala chefiada por Nereu Ramos que iam contra os interesses dos colonos de Alto Biguaçu. Teria se convertido “em ardoroso defensor das ideias cristãs e políticas do integralismo. Num ritual integralista foi enterrado, a 31 de outubro de 1935 [...]”⁷⁵. Como não podia ser diferente, Raulino Reitz mostra seu pai como uma pessoa boa, que ajudava os vizinhos, era sensível mesmo com os animais, já que não

⁷² REITZ, Raulino. *Op. Cit.*, p. 236.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ Ibidem, p. 239 e 550.

⁷⁵ Ibidem, p. 551.



deixava que as vacas fossem cangadas, por “puro amor ao amoroso bicho”⁷⁶. É, enfim, definido pelo autor, como “um colono forte, progressista e religioso”⁷⁷.

A AIB em Antônio Carlos teria sido chefiada, na ala de Santa Maria, por Leonardo Junkes, pai de José Junkes, juntamente com Antônio Schmitt e Kiliano Kons, sendo que Kiliano teria sido preso por ser um dos líderes integralistas⁷⁸. Em entrevista realizada com José Junkes, quando perguntado se ele lembrava o que era a Ação Integralista Brasileira, o entrevistado fez uma breve narrativa histórica do que foi o movimento. Faz a distinção entre Antônio Carlos (Sede) e Santa Maria, com líderes integralistas em ambas as comunidades. Em Santa Maria, ao que ele indica, existiam, no mínimo quatro chefes integralistas, somando-se aqueles que ele cita na entrevista e os que são citados no Jornal. Sobre as reuniões que o partido fazia, diz que como viviam sob a ditadura do governo de Getúlio Vargas, o integralismo tentava se fortalecer para derrubar essa ditadura. Informa que Nereu Ramos era muito agressor em relação aos alemães, e que ele teria feito o “movimento para acabar com os alemães”⁷⁹. Tem a noção de que a força principal vinha de Getúlio Vargas, que era passada para o governador e dele passado ao município (então Biguaçu) que acabou por resultar na proibição do alemão (idioma). Antes desse período, as orações feitas na igreja eram, segundo o entrevistado, todas em alemão. José Junkes, mesmo sabendo que a Política de nacionalização era um projeto que não vinha única e exclusivamente das mãos de Nereu Ramos, o vê como principal perseguidor dos alemães no distrito, sendo Pedro Hoffmann, subdelegado que perseguia os alemães, visto quase como um traidor do sangue, tamanha a inconformação, não só do entrevistado, mas de Raulino Reitz, ao referir-se ao subdelegado e àqueles que o ajudavam.

Sobre as invasões ocorridas nas residências de famílias alemãs, José Junkes relata que

a invasão da casa acontecia por malícia, não por denúncia de outras pessoas, que como se sabia que aqui era tudo alemão, daí sabiam e eles [polícia]

⁷⁶ Ibidem, p. 552.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ JB FOco. Antônio Carlos. Madeireiro escreve livro de história em toras de madeira: José Junkes vem reunindo também livros e documentos históricos. *Jornal Biguaçu em Foco*, Biguaçu, 18 mai. 2006. Foto/Acervo da Autora.

⁷⁹ JUNKES, José. *Op. Cit.*, 2012.



foram especulando para saber, assim, quem era mais... Mais líder dos alemães, e invadiam as casas, nem pediam licença. Invadiam e o que eles queriam levar, eles levavam...⁸⁰

Sobre a família de Raulino Reitz, Wendelino Meurer diz que os Reitz eram, em um primeiro momento, a favor de Nereu Ramos, mas, depois, como não tiveram nenhuma vantagem com o partido, como um emprego, teriam ido contra ele⁸¹. Com relação a esta troca de apoio político, Wendelino Meurer é o único entrevistado que se refere aos Reitz dessa maneira. Os outros entrevistados não os citam, ou, como faz José Junkes, diz que foram pessoas que trouxeram progresso para a cidade⁸². É preciso, então, perceber o local de onde se fala: José Junkes tinha o pai, assim como a família de Raulino, fazendo parte da política por meio do partido Integralista e, ambas famílias, sendo descendentes de alemães.

Wendelino Meurer chama a atenção para o fato de que sua família não fazia parte da Ação Integralista. Eles eram vizinhos de pessoas que eram a favor de Nereu Ramos, por isso eles ficavam mais “quietos” em relação à política. Ele diz ainda que quase todos pertenciam ao Integralismo, menos “aqueles que eram do partido do Nereu”⁸³. Talvez houvesse algum interesse da família do entrevistado se manifestar publicamente em relação à política, mas possivelmente havia certo medo em relação a possíveis denúncias que poderiam acontecer.

Salim Miguel, em suas memórias apresentadas ao Jornal *O Estado*, fala também sobre o movimento Integralista. Relata, brevemente, sobre o discurso de Plínio Salgado em Biguaçu. Ao ver o desfile de garotos que viriam a fazer parte, ou já faziam, da AIB, Salim Miguel teria ido perguntar a seu pai se ele poderia entrar para aquela juventude, que marchava garbosa. Teria levado um cascudo do pai e que lhe disse que aquilo era uma representação do nazi-fascismo e que o filho, Salim, deveria ficar afastado de qualquer tipo de ditadura. Durante a Guerra, Salim Miguel se ofereceu ou foi convocado (o que ele parece não recordar muito bem) para patrulhar as ruas de Biguaçu no período noturno, pois havia rumores de que

⁸⁰ Idem.

⁸¹ MEURER, Wendelino. *Op. Cit.*, 2010.

⁸² JUNKES, José. *Op. Cit.*

⁸³ MEURER, Wendelino. *Op. Cit.*, 2011.



os submarinos alemães rondavam o litoral de Santa Catarina⁸⁴. Questões como essa indicam que o partido chamava a atenção, mesmo daqueles que não eram de descendência alemã, mas também mostravam a ligação que as pessoas faziam entre integralismo e nazismo, como se o primeiro fosse uma mera extensão do segundo.

Considerações finais

Com este trabalho foi possível perceber que apesar de movimentos nacionalizadores que aconteceram em Antônio Carlos, havia realmente uma intenção homogeneizadora do contingente populacional por parte do governo e que, quando não acatadas as ordens, tornavam-se mais agressivas, como por exemplo, a raspagem ou quebra de cruzes e lápides com nomes e dizeres em alemão, uma maneira de atingir os teutos e descendentes que se recusassem a obedecer aquilo que era imposto.

Percebe-se, também, a mágoa que essas pessoas carregam de fatos como esses. Entrevistas são ricas por este tipo de motivo: poder ver a expressão das pessoas quando elas falam sobre determinado assunto. Um tema como este, onde profanação de túmulos, proibição de uma língua, apresentando as dificuldades que as pessoas tinham em aprender a língua portuguesa, já que em casa se falava apenas o alemão, só podem ser realmente percebidas por quem vivenciou o momento da entrevista. O olhar do senhor José Junkes, por exemplo, ao falar de Pedro Hoffmann como um descendente de alemão que se posicionava contra os de mesma origem que insistiam em falar alemão, ou aderirem ao Integralismo, era de desaprovação. É preciso, pois, lembrar-se de onde fala José Junkes: filho de um dos líderes Integralistas em Santa Maria. É provável que esse embate com a figura de Pedro Hoffmann se dê por questões políticas do que por uma certa ‘traição’, por exemplo.

Movimentos nacionalizadores começaram antes da Política de Nacionalização do Estado Novo, já que a escola dita estrangeira que funcionava na região, foi fechada no ano de 1934. Questões como esta mostram que tentativas de abasileirar já eram presentes em momento anterior a 1938, no estado de Santa Catarina, principalmente por suas

⁸⁴ MIGUEL, Salim. Minhas memórias de Biguaçu (fragmentos). *O Estado*, 09 de outubro de 1983, p. 25. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

particularidades políticas: presença de descendentes de alemães na política do estado por longo tempo, por exemplo, bem como a própria presença da família Ramos no poder, que desde cedo inicia o trabalho de combate aos ‘quistos étnicos’.

A informação sobre a mudança de nomenclatura de Alto Biguaçu para Antônio Carlos, que vem à luz, em um primeiro momento, com o livro de Raulino Reitz e depois é delineada nas entrevistas, deve ser confrontada com a informação de Rogério Kremer e da própria prefeitura municipal da cidade. Fica aqui o questionamento de porque tratar o que foi uma imposição política, já que a população não foi consultada sobre a mudança que ocorreria (e ocorreu), como uma homenagem a um político mineiro? Talvez por uma interpretação do que o próprio Raulino Reitz informa em seu livro que é uma homenagem ao político, sem o uso de aspas, colocando na mesma frase que foi uma imposição política.

Tal pesquisa e trabalho realizados não findam, em momento nenhum, os questionamentos acerca do tema relacionado ao abasileiramento e a forma que se deu a Política de Nacionalização na cidade, bem como conflitos políticos que existiam na época. Este trabalho é, antes de qualquer coisa, uma abertura para que se possa pensar de maneira mais crítica a forma como essas questões perpassaram no município e de que maneira as questões de germanidade ainda estão presentes ali.

Fontes

JB Foco. Antônio Carlos. Madeireiro escreve livro de história em toras de madeira: José Junkes vem reunindo também livros e documentos históricos. *Jornal Biguaçu em Foco*, Biguaçu, 18 mai. 2006. Foto/Acervo da Autora.

JUNKES, José. 01 de maio de 2012. Santa Maria, Antônio Carlos – Santa Catarina. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. Acervo da entrevistadora.

KREMER, Rogério. *Antônio Carlos 175 anos de história: 1830-2005*. Biguaçu: Litográfica, 2007.

MEURER, Wendelino. 22 jun. 2010. Vila Doze de Outubro, Antônio Carlos – Santa Catarina. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. Acervo da entrevistadora.

MEURER, Wendelino. 25 set. 2011. Vila Doze de Outubro, Antônio Carlos – Santa Catarina. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. Acervo da entrevistadora.



MIGUEL, Salim. Minhas memórias de Biguaçu (fragmentos). *O Estado*, 09 de outubro de 1983, p. 25. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Decretos da Secretaria do Interior e da Justiça. Governo Provisório. Decreto n. 24, de 09 de dezembro de 1930. Dispõe sobre a mudança de nomenclatura do Distrito de Louro para Antônio Carlos. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Decreto nº 596, de 23 de maio de 1934. Dispõe sobre o fechamento de escola estrangeira em Santa Maria e criação de outra escola no lugar. In: Decretos baixados pela Secretaria de Estado dos Negócios de Interior e Justiça em 1934. p. 111. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Decreto-Lei Nº 88, de 31 de março de 1938. Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares, no Estado. Artigo 7º, p. 5. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SCHMITZ, Nilson. 15 jun. 2010. Canudos, Antônio Carlos – Santa Catarina. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. Acervo da entrevistadora.

SCHMITZ, Anastacia Guesser. 15 jun. 2010. Canudos, Antônio Carlos – Santa Catarina. Entrevista concedida à Dayanne Schetz. Acervo da entrevistadora.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Caras e modos dos migrantes e imigrantes: História da vida privada no Brasil Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 291-335.

ALESC. *Informações Municipais: Antônio Carlos – Dados Históricos*. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/consultas/informacoesmunicipais.php>>. Acesso 23 abr. 2012.

CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas. In: BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p. 149 – 166.

CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2006.



CARONE, Edgar. Sistema Político. In: *O Estado Novo (1937 – 1945)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Diefel. 1977.

CASA MILITAR. Governadores. *Governadores do Estado de Santa Catarina*. Disponível em: < <http://www.casamilitar.sc.gov.br/exgov.htm> >. Acesso em 07 jun. 2012.

FALCÃO, Luiz Felipe. A Guerra Interna (Integralismo, Nazismo e Nacionalização). In: BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. UFSC, 2005.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. RJ: Zahar Editores, 1982.

PHILIPPI, Aderbal João. *São Pedro de Alcântara: A primeira colônia alemã de Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

REITZ, Raulino. *Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial*. Florianópolis: Ed. Lunardelli/Ed. da UFSC, 1988.

SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

Recebido em 28 de setembro de 2013.

Aceito para publicação em 02 de outubro de 2013.

